



MULHERES E AGROECOLOGIA: CONSTRUINDO SABERES, SUJEITOS E AUTONOMIA

Jannah Bruna Miranda de Oliveira¹; Karine Pereira de Freitas²; Luiza Carolina da Silva³; Luana Cristine Silva⁴; José Claudivam da Silva⁵; Laeticia Jali⁶.

RESUMO

As desigualdades de gênero no mundo rural produzem a invisibilidade das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres na agricultura familiar, afetando as representações sociais e o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras e sujeitos políticos, econômicos e sociais. Assim, através de um trabalho de natureza qualitativa, exploratória e bibliográfica, e utilizando os conceitos de gênero e patriarcado, este ensaio apresenta os resultados de uma reflexão preliminar sobre a construção do conhecimento das mulheres agricultoras agroecológicas a partir da pesquisa das Cadernetas Agroecológicas enquanto uma ferramenta político-pedagógica de reconhecimento de sua atividade produtiva e de transformação social. O estudo nos abriu para perceber como o projeto político de reconhecimento do trabalho das agricultoras agroecológicas na produção e reprodução da vida lhes conduziu a um processo de construção de sua autonomia política, social e econômica, a partir da produção do reconhecimento das estruturas de poder que fundamentam as desigualdades, do questionamento das práticas e representações sociais do mundo rural, do reconhecimento do valor monetário e social do seu trabalho e da ressignificação de suas identidades enquanto sujeitos a partir do reconhecimento individual pela força e ações do coletivo.

Palavras-chave: agroecologia; mulheres rurais; cadernetas agroecológicas; gênero; patriarcado.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; integrante do Núcleo Jurema – Feminismos, agroecologia e ruralidades/UFRPE. Email: oliveirajannah@gmail.com.

² Graduada em Lic. Plena em História pela UFRPE, integra o Núcleo Jurema: Feminismos, agroecologia e realidades/UFRPE. Email: karinne_33@hotmail.com

³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, integrante do Núcleo Jurema - Feminismos, agroecologia e ruralidades/UFRPE. Email: luizacsilva00@gmail.com

⁴ Graduanda do curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal Rural de Pernambuco e integrante do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades. E-mail: luanacristine209@gmail.com

⁵ Graduando pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/SEDE; Graduado pelo Curso de Direito da Faculdade Damas – FADIC, Integrante do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DECISO/UFRPE), jclaudivamsilva@hotmail.com

⁶ Professora Dra. da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, feminista, mãe de Inácio; membra do GT de Mulheres da ANA e da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste; Socióloga. Email: laeticiajalil@gmail.com

PRIMEIROS APONTAMENTOS

No debate acerca da sustentabilidade da vida frente à insustentabilidade do atual paradigma de produção do sistema patriarcal-capitalista, movimentos de mulheres junto aos movimentos ecologistas e de justiça social têm sido significativos e motivadores de uma nova perspectiva que integre novamente natureza e cultura, antes separadas pela razão instrumental do pensamento ocidental. Em contraposição a esta racionalidade, cuja expressão é a dominação-exploração, algumas correntes feministas defendem e elaboram propostas para uma sociedade sustentável e justa, em que um de seus aspectos fundamentais é reivindicar a igualdade e autonomia das mulheres. Isto significa reconhecer a necessidade da existência de um sujeito político “mulher” para a superação desse sistema (Siliprandi, 2015: 79).

A sustentabilidade da vida é entendida aqui enquanto *a manutenção das condições de possibilidade de vidas que valem a pena serem vividas* (Orozco, 2019: 88), como proposta de construção de uma lógica econômica distinta, que priorize o bem viver em condições de universalidade, singularidade e sustentabilidade. Diz respeito, portanto, a uma lógica de sustentabilidade em contraposição à lógica da acumulação, relacionada à vida humana e não humana, de todos os sujeitos de forma integral e enquanto uma responsabilidade coletiva, no sentido de que faz parte do campo comum e do político, que é a espinha dorsal do sistema socioeconômico (Orozco, 2019)

Pensar o sujeito é aqui imaginá-lo enquanto resultado de uma complexa e dinâmica relação de dimensões sociais, étnicas, sexuais, políticas e ecológicas que lhe determinam profundamente, relação essa alicerçada num entrecruzamento de opressões e desigualdades de gênero, raça e classe. Assim, para a construção desse sujeito político, que se concebe na perspectiva de uma autonomia pessoal, política e econômica, é necessário e indispensável que se percorra o caminho de uma reflexão a partir do que o constitui, desde vivências pessoais até como se manifestam e estruturam essas desigualdades que o permeiam.

Dentro dessas propostas trazemos para pensar a experiência do projeto *Os quintais das mulheres e a caderneta agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil*, uma parceria entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, realizado durante o período de 2016 a 2018. Neste projeto, o GT de Mulheres da ANA e o CTA-ZM, em

conjunto a uma diversidade de mulheres do campo e da cidade, das matas, das águas e do sertão, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, puderam mensurar a atividade produtiva de agricultoras de cinco regiões do Brasil, permitindo perceber as dimensões dessa atividade, mas também olhar para suas estratégias de reprodução socioeconômica e para as relações sociais e ecológicas que estabelecem desde as suas distintas realidades, corpos e territórios (Telles et al., 2018).

Nisso, a partir do *gênero* e *patriarcado* enquanto dois conceitos-chave para uma leitura e compreensão das desigualdades sociais que se reproduzem a partir dessa distinção assimétrica e hierárquica das relações de gênero propomos uma reflexão sobre como as metodologias e epistemologias feministas junto à perspectiva agroecológica têm contribuído para as transformações nas relações socioeconômicas das mulheres agricultoras agroecológicas, para a produção de sua autonomia política, social e econômica e para a sua elevação à categoria de sujeitos políticos e sociais fundamentais nas propostas de um mundo sustentável e justo e na construção do conhecimento agroecológico no seu potencial transformador e político.

DESIGUALDADES DE GÊNERO E INVISIBILIDADE DAS MULHERES NO MUNDO RURAL

Fazemos referência a um tipo de sujeito localizado num espaço específico, o espaço rural, entendido primeiramente enquanto um espaço físico diferenciado, resultante da ocupação do território e de formas de dominação sob a base da posse e uso da terra e outros recursos naturais; e, em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, com suas particularidades de organização e de um modo de ver e viver o mundo (Wanderley, 2001: 32).

Nesse espaço do rural, as representações sociais estão profundamente arrançadas por uma forma específica de organização, marcadamente patriarcal, sendo a família sua principal estrutura e também a unidade tanto de produção quanto de reprodução, que opera como reguladora da moral, dos costumes e da economia do lugar. Isso acaba por fazer uma manutenção de um espaço social em que, configurado no ideal do homem como o chefe da família e da unidade de produção, que muitas vezes tem o controle sobre os recursos financeiros gerados pelo trabalho de todas/os da unidade familiar, resulta na invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres na agricultura e da importância das atividades que desempenha no conjunto do sistema de produção.

Na agricultura familiar⁷ além de realizarem o trabalho doméstico e de cuidados, internalizado profundamente como parte de suas identidades⁸, as mulheres participam do trabalho na agricultura e são responsáveis pelo *quintal*⁹. Já é demonstrado em alguns estudos (Oakley, 2004; Ferreira, 2016; Siliprandi, 2015; Carneiro, 2013) que os quintais se convertem numa espécie de oficina de *sociobiodiversidade*, e a sua diversidade contribui para a segurança alimentar das famílias, para a economia do lugar e para o equilíbrio do *agroecossistema*¹⁰ como um todo. Pacheco (2002) assinala que, em sua *práxis* histórica, as mulheres adquiriram um vasto conhecimento dos sistemas agroecológicos, desempenhando um importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um grande conhecimento sobre as espécies e recursos genéticos e fitogenéticos.

No entanto, as atividades agrícolas realizadas pelas mulheres muitas vezes não são consideradas trabalho porque são tidas como não-monetárias, como uma extensão de suas tarefas domésticas ou uma “ajuda” ao marido, assim como também não são considerados os trabalhos que asseguram essa atividade produtiva e até contribuem para a economia da família através do consumo direto e da venda (Heredia e Cintrão, 2012).

Podemos, então, questionar quais os mecanismos que tornam um trabalho reconhecidamente fundamental para a produção e reprodução da vida tão invisibilizado nas esferas da política e da economia? O que provoca essa exclusão das mulheres do estatuto de sujeitos sociais e políticos ativos e quais os seus efeitos, seja de um ponto de vista objetivo,

⁷ [...] a agricultura familiar, que diferente da agricultura industrial/patronal, caracteriza-se pela gestão familiar da unidade produtiva, onde os responsáveis pela unidade produtiva estão ligados entre si por laços de parentesco e a mão de obra é fornecida pelos membros da família (Abramovay apud Carneiro et al., 2013: 136). Segundo Carneiro et al. (2013) essa seria a forma mais apropriada para o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, que, através de um manejo e conservação dos recursos naturais, consegue assegurar a reprodução da vida. Nesse caso falamos de uma agricultura familiar, expressa “nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (Wanderley, 2003: 45).

⁸ O trabalho doméstico e de cuidados e manutenção da casa ainda é muito reproduzido como parte das identidades das mulheres, ou como uma “essência” feminina, a maternidade sendo sua principal expressão, porque entendida muitas vezes como sinônimo de realização pessoal e não como parte ou uma atribuição da vida. “Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres e sua vivência está marcada pela avaliação das funções maternas e valores associados: a docilidade, fragilidade, compreensão, cuidado, afeto” (Faria, 2009: 18).

⁹ No Brasil, o quintal se refere ao terreno ao redor de casa, que difere muito em tamanho, podendo se estender até áreas de floresta, onde se cultivam ou preservam diversas espécies, que são facilmente acessadas pelas mulheres para as necessidades da família, de alimentação a energia e medicinas naturais.

¹⁰ O agroecossistema pode ser definido como [...] um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão), onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original (SILIPRANDI, 2015, p. 88).

relacionado às políticas que incidem sobre essa população, seja de um ponto de vista subjetivo, relacionado ao seu auto reconhecimento enquanto sujeitos?

Esse não reconhecimento, produzido nos valores estruturantes das relações entre os sexos, se dá tanto na dimensão política quanto na dimensão subjetiva da vida das mulheres. Na primeira, interferindo diretamente na sua participação política enquanto sujeitos de direitos, onde não se leva em consideração as suas particularidades e multiplicidades, seja na elaboração de políticas públicas específicas, seja no seu espaço dentro dos movimentos rurais e lutas sindicais, seja na sua inserção nas leis trabalhistas e no sistema previdenciário (Jalil, 2013). Na segunda, produzindo uma subjetivação dessa condição de um não-sujeito, onde as mulheres rurais muitas vezes não têm a percepção de que as atividades que desempenham são atividades produtivas, portanto, não se reconhecendo como trabalhadoras que realizam um trabalho fundamental do ponto de vista ecológico e social.

Relacionamos dois conceitos que consideramos fundamentais para a compreensão dessas questões. O primeiro é o *gênero* enquanto um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos, sendo uma forma primeira de dar significado às relações de poder (Scott, 2019: 67). Scott aponta que ele é construído através do parentesco, mas igualmente na economia e na organização política, muitas vezes de forma independente da instituição familiar. Pode-se considerar, então, que o gênero, como um conjunto objetivo de referências, estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social, sendo o campo onde o poder é articulado, não o único, mas o que tem sido o meio recorrente de significação do poder no Ocidente e nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Conforme o gênero determina como o poder se distribui socialmente, na forma de controle e acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, ele está na própria construção do poder em si (Scott, 2019).

O segundo é o de *patriarcado*, definido como uma “ordem patriarcal de gênero”, em que o poder se concentra no homem branco preferencialmente heterossexual, que consiste num regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, e, sendo um fenômeno social, está em constante transformação, não abrangendo apenas a família – geralmente inscrita no âmbito do privado –, mas atravessando a sociedade como um todo (Saffioti, 2015). As diferenças entre o público e o privado, mesmo que inegáveis, são espaços “profundamente ligados e parcialmente mesclados” (Saffioti, 2015: 57). Neste caso, a diferença social é convertida em diferença política e o patriarcado se configura numa forma de expressão do poder político.

Essa estrutura patriarcal, sendo um elemento organizador da economia, da política, da cultura e das relações sociais é, portanto, um elemento normatizador de condutas e de corpos, estabelecendo as regras que ditam o lugar que cada um/uma vai ocupar em sociedade, a divisão social do trabalho tomando a forma de uma divisão sexual do trabalho, conceito utilizado por algumas teóricas feministas para falar dessa distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e profissões, e as suas variações no tempo e espaço, e a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (Hirata e Kergoat, 2007: 596).

A economia feminista entra nesse campo com o questionamento ao paradigma dominante expresso também nas teorias e análises econômicas neoclássicas, de forma a desenvolver indicadores capazes de dar conta do que os economistas tradicionais deixaram de fora, como o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, reconhecendo-o como um valor humano fundamental (Faria, 2009; Carrasco, 2013).

Desse modo, se a agroecologia tem como proposta considerar as desigualdades produzidas por um sistema político e socioeconômico na busca por transformações nessas relações no mundo rural, e se pretende recuperar o papel do campesinato tornando os grupos tradicionalmente atingidos e excluídos pelo processo de modernização da agricultura como sujeitos ativos de suas propostas, deve olhar também para o fato de que esse mesmo sistema patriarcal recai sobre cada indivíduo de forma diferente, onde as mulheres rurais são ainda muito desconsideradas mesmo nas análises sobre os agroecossistemas, onde elas atuam constantemente no manejo do solo, plantio, colheita, criação de animais, processamento de alimentos, entre outros.

Algumas feministas, em que nos fundamentamos para este trabalho, defendem que a exploração do trabalho das mulheres, seja na esfera produtiva ou reprodutiva, está dentro da mesma lógica que opera na exploração da natureza. Assim, levar em consideração as mulheres enquanto produtoras e gestoras do meio ambiente é um exercício político do debate sobre a sustentabilidade e as relações de gênero como fundamental para a coevolução dos sistemas sociais e ecológicos a que se propõe a agroecologia. A escolha de viabilizar esses sujeitos é um trabalho, além de teórico, também político de afirmação de indivíduos a quem foi historicamente negado o direito de sê-los.

CADERNETAS AGROECOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DAS MULHERES

Dentro da reflexão sobre as mulheres da agricultura familiar, trazemos para este estudo uma categoria específica de sujeitos/as, as *agricultoras agroecológicas*¹¹, inscritas dentro dos processos de *transição agroecológica*, aqui entendido como um processo gradual de redesenho dos agroecossistemas, modificando-se o planejamento, o escopo da produção e as práticas para um modelo sustentável (Siliprandi, 2015: 136).

Considerando que epistemologia define um campo conceitual e uma forma de produção do conhecimento científico, por meio do qual estabelecemos uma relação entre sujeito-objeto, e a própria representação desse conhecimento legitimado como verdade, Rago (1998) chama atenção para a constituição de um projeto feminista de ciência, traduzido na epistemologia – ou epistemologias feministas, que, além de fazer uma crítica ao modo dominante de produção do conhecimento científico, também propõe formas alternativas de operação e articulação nesse campo com o propósito da produção de um conhecimento emancipador e como estratégia de mudança social, resgatando as experiências femininas nessa produção.

A partir desses referenciais, o CTA-ZM e o GT de Mulheres da ANA em conjunto a outras mulheres de diversas áreas desenvolveram e implementaram as Cadernetas Agroecológicas, que consistem em um caderno grande com várias páginas, em que cada uma dispõe de quatro colunas onde as mulheres registram cotidianamente o que foi 1) vendido, 2) trocado, 3) consumido e 4) doado a partir do que é produzido por elas nos seus quintais. Nesse processo, as mulheres agricultoras são protagonistas, não como um alvo para onde miram todos os olhos do “sujeito pesquisador”, mas como as pesquisadoras e sistematizadoras de sua própria realidade.

No exercício contínuo de registrar dia a dia cada molho de coentro retirado da horta e cada limão tirado do pé para o tempero do almoço, mesmo diante de limitações de um tempo

¹¹ As agricultoras agroecológicas são assim definidas como as mulheres que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas voltadas para a reprodução de seus grupos familiares e de proximidade, a partir de práticas sustentáveis (sociais, ambientais, culturais, econômicas e ecológicas) em seus agroecossistemas. Adicionalmente, são aquelas que desenvolvem relações sociopolíticas e econômicas com diferentes atores fundamentais para os processos de transição agroecológica e para a reprodução da vida, estando envolvidas em redes sociotécnicas, em movimentos sociais mistos ou feministas e outros espaços de organização social/política. Portadoras de conhecimentos ancestrais, ressignificam e transformam suas práticas a partir das necessidades e mudanças ambientais e culturais, desenvolvendo atividades fundamentais para a garantia da segurança e soberania alimentar, para o fortalecimento das relações sociais nos territórios e para a conservação e reprodução da sociobiodiversidade (Cardoso et al., 2019: 7).

tão fragmentado pelas múltiplas atividades realizadas cotidianamente na casa, no quintal e no roçado, e da frequente ausência da escrita provocada pelas desigualdades e falta de oportunidades, tendo que recorrer muitas vezes às/aos filhas/os, parentes e amigas/os para as anotações, as agricultoras agroecológicas puderam materializar a compreensão dos frutos de seu trabalho.

Para título de análise, consideramos o projeto realizado entre 2016 e 2018, em que contribuímos na sistematização e reflexão coletiva dos dados coletados das cadernetas anotadas durante o período entre março de 2017 e fevereiro de 2018. Fazendo um recorte dos resultados da pesquisa para a região Nordeste, foram apurados, com um trabalho coletivo de 17 organizações parceiras, os dados referentes à produção de 111 agricultoras agroecológicas, distribuídas em 38 municípios de cinco estados, sendo Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Das anotações feitas sobre a produção realizada pelas mulheres agricultoras nos seus quintais e espaços de protagonismo, apurou-se um quantitativo de aproximadamente 22.700 (vinte e dois mil e setecentos) itens, com uma variedade de 603 produtos, onde 49% dos produtos foram destinados para o autoconsumo, 21% para troca, 27% para venda e 3% para doação, sem considerarmos as subnotificações. Transformando em valores monetários, registrou-se um valor total de produção de aproximadamente R\$ 163.116,94 para consumo e de R\$ 251.501,16 para venda no período.

Para além dos dados quantificáveis, que abrem para perceber a complexa atividade produtiva das mulheres rurais, e também para a importância do trabalho que realiza para a reprodução da vida, dentro e ao redor de casa, gostaríamos de nos ater neste último momento para os dados não quantificáveis, que estão nas entrelinhas do processo pedagógico em que se constituiu e constitui a pesquisa das Cadernetas Agroecológicas.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Como dito, a pesquisa das Cadernetas Agroecológicas teve como foco a construção coletiva do conhecimento sobre a vida das mulheres, objetivando a construção de sua autonomia política, social e econômica. Ou seja, as epistemologias e metodologias feministas, que orientam essa caminhada, e que pautam também a construção do conhecimento agroecológico, estão além de um simples reconhecimento do lugar da mulher na estrutura social do mundo rural, ou de reivindicar igualdade nos lugares de poder dos homens, mas de conduzir esses/as sujeitos/as a uma categoria coletiva política, que produza propostas a partir

de uma perspectiva feminina para a organização social, para o desenvolvimento sustentável e para a economia. Assim, nos questionamos como, a partir desse projeto político coletivo de reconhecimento do trabalho das mulheres rurais na produção e reprodução da vida, essas mulheres puderam transformar suas realidades, e se reconhecer enquanto sujeitos políticos dentro das perspectivas da agroecologia, da economia e da reprodução da vida.

O primeiro ponto que consideramos é o da produção do reconhecimento acerca das estruturas de poder patriarcais que fundamentam as desigualdades atravessadoras da vida das mulheres. No espaço rural, que estabelece uma dinâmica social mais restrita ao espaço familiar, os trabalhos tomam quase todo o tempo de vida da mulher, que fica limitada e em muitos casos até impedida pelo marido de participar de atividades públicas, fora da unidade familiar. Essa organização social do espaço faz reduzir a autonomia das mulheres no acesso ao mercado, aos espaços de participação política e nas políticas públicas.

Assim, os espaços de diálogo propostos pelo processo, em que as mulheres puderam se deslocar de suas rotinas e conhecer outras experiências, identificando realidades e histórias de vida comuns, no exercício de reflexão coletiva sobre as relações de poder e opressão de que partilhavam, estendendo essa reflexão para os seus espaços na unidade produtiva familiar, lhes moveu no sentido de sua autonomia, baseada não numa ausência de vulnerabilidade, mas sim no seu reconhecimento e na busca e desenvolvimento de novas interdependências mais igualitárias e inclusivas (Hillenkamp, 2019).

O ponto central na atividade produtiva e reprodutiva das mulheres permitiu questionar as práticas e as representações sociais do mundo rural que, de modo geral, se restringem a uma organização social hierárquica pautada na sobreposição dos sujeitos e das atividades atribuídas ao masculino. Com esse questionamento, ao deslocarem o olhar para o seu trabalho, as mulheres se movem para a transformação de suas realidades de escassez, depressão, sobrecarga, e tomam o lugar de agentes de seu espaço social, produzindo sentidos e significados sobre ele.

Da mesma forma, o reconhecimento do valor monetário e social (não monetário) do trabalho das agricultoras agroecológicas a partir do exercício de olhar para sua produção nas anotações das Cadernetas, faz aumentar a sua autonomia em relação ao contexto familiar e comunitário, e em relação ao Estado e ao mercado. As mulheres passaram a reivindicar os seus espaços na família, passaram a buscar mais acesso a mercados e feiras para a venda de sua produção e a reivindicar o acesso a políticas públicas muitas vezes restritas aos “chefes de família” homens. Esse deslocamento do olhar para os quintais das mulheres como o seu espaço de vivências e práticas, no manejo e cultivo de diferentes espécies alimentícias,

medicinais, ornamentais, criação de animais pequenos, agroextrativismo, entre outros, permitiu caracterizar o quintal como um espaço de produção agroecológica, onde se expressam indicadores das dimensões e princípios para os processos de transição agroecológica, em que as mulheres podem se grandes contribuintes na construção de estratégias.

Essa ressignificação de identidades como fruto do reconhecimento individual a partir do reconhecimento, da força e das ações de um coletivo é outro ponto que destacamos. Ao ressignificarem o conceito de saber, estreitamente relacionado à experiência coletiva de construção desse saber, seja sobre suas subjetividades, suas capacidades produtivas, suas formas ancestrais de cuidados da vida humana e não humana, as mulheres revelam e ressignificam o seu próprio ser no mundo.

Mesmo trazendo a discussão para as bases materiais das desigualdades de gênero na divisão sexual do trabalho, queremos pontuar o caráter ontológico dessa divisão, em que o condicionamento a um papel secundário das mulheres como resultado da empreitada do patriarcado nos relegou durante muito tempo uma posição acessória dentro do próprio conceito de sujeito como categoria epistemológica e moral do Iluminismo. A mulher é, neste entendimento, excluída do estatuto de sujeito (Amorós, 2000: 64), não dotada de uma essência, ou de um ser, onde a noção de individualidade contida nesse ser pertencente à mesma rede de conceitos, é nula, ou melhor dizendo, anulada. Falar de uma reivindicação das mulheres a esse estatuto de sujeitos poderia representar reivindicar um espaço dentro de um universo histórica e ontologicamente não disponível a isso, e, como diz Célia Amorós (2000) em referência a Mary Wollstonecraft, pleitear o uso de uma razão de “segunda mão”.

Mas a estratégia patriarcal de anulação desse sujeito *mulheres*, apesar de efetiva, não foi, contudo, absoluta. Pode-se dizer que a luta das mulheres reivindica a sua participação num conceito de sujeito não inscrito na lógica do pensamento ocidental, de uma suposta essência preexistente ou estabelecida biologicamente. As mulheres têm criado estratégias de resistência e de existência, de se definirem independentes de uma heterodesignação, ou seja, não sendo produto do discurso masculino, que definiu o que é feminino e o que são as mulheres. Essa ressignificação se faz a partir de sua própria vivência, e de criar essas formas de existir, adquirindo o estatuto de sujeitos sociais fundados na existência a partir de seus corpos e territórios.

Como pontua Célia Amorós (2000), o ser humano não é essência, mas existência, onde existir é lançar-se além de si mesmo para um campo aberto de possibilidades, que deve ser apropriado e realizado. Existir se identifica, portanto, com a constituição – sempre em

processo – de nosso próprio ser, sendo nossa responsabilidade mais enraizada. “Somos o que escolhemos e escolhemos o que somos” (Amorós, 2000: 65).

Poderíamos dizer que é nesse movimento de transformação de si mesmas no moto-contínuo de lançar-se ao conhecer, em enfrentamento a uma estrutura que historicamente as retirou da esfera produtiva, as confinou na vida doméstica e as aprisionou no próprio corpo, numa relação dialética entre as práticas e a reflexão, que as mulheres transformam também as bases materiais de sua existência.

As mulheres junto à agroecologia germinam e cultivam revoluções silenciosas no campo das subjetividades e do inconsciente, das relações, do território, da comunidade, da política e da economia, construindo caminhos de uma relação mais profunda com a natureza de que somos parte, de um desenvolvimento agrícola sustentável, de uma economia voltada para a sustentabilidade da vida e da superação da sociedade de gênero, raça e classe, e continuam reafirmando a ideia de que: sem feminismo não há agroecologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORÓS, Celia. **Feminismo y filosofía**. Madrid: Síntesis, 2000.

CARDOSO, Elisabeth; JALIL, Laeticia; TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; WEITZMAN, Rodica. **Guia Metodológico da caderneta agroecológica**. – Recife: FIDA, 2019.

CARNEIRO, Maria Gerlandia Rabelo et al. **Quintais produtivos**: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 135-147, 2013.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos sociedade e agricultura, 1998.

CARRASCO, Cristina. **El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía**. Cuadernos de Relaciones Laborales: Los cuidados entre el trabajo y la vida. v. 31, n. 1. Madrid, Espanha, 2013. p. 39-56.

CTA-ZM. **Caderneta Agroecológica e os quintais: sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil**. – Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018. 100 p.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Di

Sabbato, A.; Melo, H. P. de; Lombardi, M. R.; Butto, A. (org.). – Brasília: MDA, 2009. p. 13-27

FERREIRA, Ana Paula Lopes. **Agricultoras do pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro**. Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho, v. 17, n. 1, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, n. 8, p. 1-28, 2012.

HILLENKAMP, Isabelle. **¿Cultivar su autonomía? La agroecología de las agricultoras brasileñas**. Revista de Antropología Social, v. 28, n. 2, p. 297, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

JALIL, Laeticia Medeiros. **As Flores e os Frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Brasil, 2013.

OAKLEY, Emily. **Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural**. Revista Agriculturas, v. 1, nº 1. Nov. 2004.

OROZCO, Amaya Pérez. **Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. Espanha: Traficantes de Sueños, 2019. 4. Ed.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Agricultura Familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero**. Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Recife: GTGênero. Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, p. 138-161, 2002.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. – 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

TELLES, Liliam; JALIL, Laeticia; CARDOSO, Elisabeth; ALVARENGA, Camila Rafaela. **Cadernetas agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil**. In: Agroecología em feminino: Reflexiones a partir de nuestras experiencias. (Zuluaga Sánchez G, Catacora-Vargas G, Siliprandi E, coord.). La Paz: SOCLA/CLACSO, pp. 141-157, 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos sociedade e agricultura, v. 21, n. 10, p. 42-61, 2003.